



**MPMT**  
Ministério Público  
DO ESTADO DE MATO GROSSO

# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

NÍVEL SUPERIOR – MANHÃ – 30/08/2026

## PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO (GRUPO 1)

PROVA DISCURSIVA  
TIPO 1



### SUA PROVA

Além deste caderno contendo **1 (uma)** peça e **3 (três)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova as folhas de textos definitivos.

A peça deverá ser redigida com o máximo de **40 (quarenta)** linhas e cada questão discursiva com o máximo de **20 (vinte)** linhas.



### TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o período disponível para a realização da prova, **já incluído o tempo para o preenchimento das folhas de textos definitivos.**
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões.**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Na folha de respostas, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher as folhas de textos definitivos.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) nas folhas de textos definitivos.
- Confira o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com tipo **diferente** do impresso em suas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das suas folhas de textos definitivos é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição das folhas de textos definitivos em caso de erro.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas os escritos nas folhas de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

**Boa prova!**



## Peça Processual (Direito Constitucional)

O Município Delta, por intermédio do Prefeito Municipal, celebrou convênio com a organização não governamental Alfa, mantenedora do colégio confessional Sigma, abertamente prosélito da religião X. O ajuste tinha por objeto a construção de um laboratório de Ciências nas instalações de Sigma, o que acarretaria o repasse de recursos públicos para a realização desse objetivo. Foi previsto, ainda, que o uso do laboratório seria franqueado a crianças e adolescentes da região, com idade escolar correspondente à natureza e à complexidade das atividades ali desenvolvidas.

Ao analisar as contas de gestão prestadas pelo Chefe do Poder Executivo do Município Delta, o Tribunal de Contas do Estado entendeu que os recursos repassados não foram integralmente aplicados na finalidade pactuada. Em verdade, teriam sido desviados a partir de um conluio doloso entre o Chefe do Poder Executivo e o presidente de Alfa, com o fim de enriquecerem ilicitamente a partir do dano causado ao patrimônio público, vício que, pela sua gravidade, era insuscetível de ser sanado. Por tal razão, o Tribunal realizou a imputação de débito aos envolvidos e aplicou a multa cominada em lei, acrescendo-se que sua decisão não foi objeto de apreciação por outra estrutura de poder.

Vereadores de oposição ao Prefeito Municipal, alguns anos depois da execução do convênio, após o aperfeiçoamento do lapso geral de prescrição previsto na legislação para as demandas da Fazenda Pública, tomaram conhecimento de que, apesar da decisão do Tribunal de Contas, os valores desviados não tinham retornado aos cofres públicos, não se tendo conhecimento de nenhuma medida direcionada à realização desse objetivo. Além disso, defendiam que a própria celebração do convênio era ilícita, considerando os fins almejados e a condição de Alfa, que não apresentava uma qualificação específica como organização social ou organização da sociedade civil de interesse público, sendo a ausência de qualificação um fato verdadeiro. Como o período de registro de candidaturas para as eleições municipais acabara de se iniciar, e o Prefeito do Município Delta era candidato à reeleição, defendiam, inclusive, que o seu registro deveria ser objeto de ação de impugnação, considerando as restrições impostas à sua cidadania. Por tal razão, encaminharam representação ao único Promotor de Justiça da Comarca, que tinha atribuição para a defesa do patrimônio público e para o exercício da função eleitoral.

**Na condição de Promotor de Justiça, apresente parecer sobre a notícia de fato que foi formada, abrangendo os distintos aspectos da situação descrita, dispensada a elaboração de relatório, incursionando fundamentadamente nas seguintes temáticas:**

- a) A natureza do ajuste celebrado entre o Município Delta e a organização não governamental Alfa, considerando o repasse de recursos, bem como a relevância das qualificações mencionadas pelos vereadores para a sua celebração;
- b) A juridicidade, ou não, do repasse de recursos, considerando a natureza jurídica de Alfa;
- c) A competência ou a incompetência do Tribunal de Contas para apreciar as contas apresentadas pelo Prefeito do Município Delta;
- d) A configuração, ou não, de causa de inelegibilidade em razão da decisão proferida pelo Tribunal de Contas; e
- e) A prescrição, ou não, do ressarcimento do dano, considerando a ilicitude detectada pelo Tribunal de Contas.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

## Questão Discursiva 1 (Direitos Humanos)

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) prolatou sentenças no Caso Muniz da Silva e Outros vs. Brasil e no Caso Da Silva e Outros vs. Brasil em 2024. Ambos os casos revelam violações sistemáticas de Direitos Humanos, no contexto de conflitos no campo, no Estado da Paraíba. Em 2022, a Corte IDH já havia prolatado sentença no Caso Sales Pimenta vs. Brasil, sobre a morte de Gabriel Sales Pimenta em um contexto também de violência relacionada às demandas por terra e reforma agrária no Estado do Pará.

Considerando os casos mencionados, disserte de forma fundamentada sobre os itens a seguir.

- a) Relacione 2 (dois) pontos resolutivos das sentenças do Caso Muniz da Silva e Outros vs. Brasil e do Caso Da Silva e Outros vs. Brasil com as atribuições institucionais do Ministério Público em termos de implementação das decisões citadas. Como o Ministério Público pode atuar para cumprir ou fazer cumprir os mandamentos da Corte IDH em tais casos?
- b) No que consistem as obrigações processuais penais positivas de investigar, bem como o dever de diligência reforçada (em específico no Caso Muniz da Silva e Caso Sales Pimenta)?
- c) Quais os desafios apontados pela Corte IDH no Caso Muniz da Silva e Outros vs. Brasil, a posição jurisprudencial recorrente da Corte IDH na investigação de uma grave violação de direitos humanos, e como seria uma atuação prática respeitadora do controle de convencionalidade por parte do Ministério Público?

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

## Questão Discursiva 2 (Direito Administrativo)

Maria, maior e capaz, estudante de Direito, procurou um famoso advogado no ramo do Direito Público, tendo afirmado e comprovado que seu filho, com 7 anos de idade completos, possui gravíssima doença degenerativa. Aduziu que, por recomendação médica, o infante deve fazer uso de *cannabis sativa* para fins terapêuticos. Nesse contexto, Maria pretende obter decisão judicial favorável ao plantio doméstico da referida substância. Na sequência, a postulante aduziu que há, nos Estados Unidos da América, tratamento eficaz para a doença de seu descendente.

Com base no cenário hipotético narrado, caso seja ajuizada alguma medida judicial e o Promotor de Justiça venha a oficiar no feito na qualidade de *custos legis*, à luz das disposições das legislações de regência aplicáveis, da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça e do entendimento doutrinário prevalecente, responda, de forma fundamentada, aos questionamentos a seguir.

- a) É juridicamente cabível o custeio, por parte do Poder Público, de tratamento no exterior em benefício do filho de Maria?
- b) A pretensão de Maria, visando ao plantio doméstico de *cannabis sativa* para uso terapêutico por parte de seu filho, pode ser acolhida em sede de mandado de injunção?
- c) Indique as correntes doutrinárias e a normativa existente no que se refere aos efeitos da decisão judicial em sede de mandado de injunção.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

### Questão Discursiva 3 (Direito Eleitoral)

João, que pretendia ser eleito vereador do Município Sigma, foi preso em flagrante delito no mês de junho do ano em que seria realizada a respectiva eleição. Na ocasião, foi constatado que ele ofereceu dolosamente os recursos financeiros que tinha em seu poder para obter o voto da eleitora Maria. Na prática dessa conduta, contou com o apoio de Pedro, residente no Município Delta e que, apesar de já ter 30 (trinta) anos de idade, ainda não tinha se alistado como eleitor. Em razão desse fato, o Promotor Eleitoral foi instado a ajuizar as medidas cabíveis em face dos envolvidos no plano eleitoral extrapenal.

**Posicione-se como Promotor Eleitoral, incursionando fundamentadamente nos seguintes aspectos:**

- a) O cabimento da ação de captação ilícita de sufrágio, incluindo a análise da situação de Pedro; e**
- b) Eventuais efeitos da absolvição de João na esfera penal, em razão da ausência de provas da prática da conduta descrita.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

Realização

